

Inquérito Civil n. 06.2017.00007316-0

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça desta Comarca, e **ROQUE NISSOLA**, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade n. 1.499.542, inscrito no CPF sob o n. 386.816.179-15, residente na Linha Pedro e Paulo, interior do município de Chapecó, e **MARISTELA MENEGATTI NISSOLA**, brasileira, casada, do lar, portadora da cédula de identidade n. 3.260.436, inscrita no CPF sob o n. 704.694.079-72, telefone 49 99957-7089, residente e domiciliada na Linha Pedro e Paulo, interior do município de Chapecó, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2017.00007316-0, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO que o artigo 90, inciso XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 91, inciso I, da mesma Lei;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-

lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 52 do Plano Diretor de Chapecó, "Na Macrozona Rural, os parcelamentos do solo para fins rurais, devem observar o módulo mínimo e estar de acordo com as normas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA".

CONSIDERANDO que as informações colhidas no Inquérito Civil n. 06.2017.00007316-0 permitem concluir pela realização de parcelamento irregular do solo no imóvel de matrícula imobiliária n. 24.233;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1ª: O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade a interrupção e a regularização do parcelamento irregular do solo promovido pelos compromissários no imóvel de matrícula imobiliária n. 24.233 ou, em caso de impossibilidade o desfazimento do parcelamento.

DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS

Cláusula 2ª: Os compromissários comprometem-se a não promover novas alienações, vendas, doações, ou permitir construções ou ampliações na área objeto deste acordo, a partir da assinatura do presente compromisso de ajustamento de conduta;

Cláusula 3ª: Os compromissários assumem a obrigação de regularizar o parcelamento do solo executado no imóvel da matrícula mobiliária n. 24.233, no prazo de 12 meses.

Cláusula 4ª. Em caso de impossibilidade de regularização no prazo, ou de não obtenção da regularização no prazo, os compromissários procederão ao desfazimento do parcelamento do solo, mediante a rescisão das vendas ou

readquirindo as parcelas já vendidas.i

Parágrafo único: O desfazimento mencionado no *caput* da presente cláusula deve ser efetivado no prazo de 6 meses a partir do final do prazo da Cláusula 3ª, ou a partir de despacho do Ministério Público declarando o início do prazo.

Cláusula 4ª - Os compromissários se comprometem, no prazo de 30 dias a contar da assinatura do presente instrumento, a comprovar ao Ministério Público a averbação na matrícula do imóvel da íntegra deste compromisso de ajustamento de condutas;

Cláusula 5ª - Os compromissários se comprometem a comprovar ao Ministério Público, em 30 dias, a entrega de cópia do presente compromisso de ajustamento de condutas a todos os adquirentes e moradores, que ficam desde já notificados da proibição de construir no local sem prévio alvará municipal;

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 6ª: Incidirão os compromissários em multa diária de R\$ 500,00 por dia, ou de R\$ 100.000,00 por infração, a critério do Ministério Público, em caso de descumprimento;

Parágrafo primeiro: As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados;

Parágrafo segundo: O pagamento de eventual multa não exime os compromissários de darem cumprimento às obrigações contraídas;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 7ª: o Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra a compromissária, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido;

Cláusula 8ª: O Ministério Público resguarda-se no direito de fiscalizar, sempre que entender necessário, a execução do presente compromisso, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias nos imóveis e requisitando as providências pertinentes em relação ao objeto das obrigações ora assumidas, as quais deverão ser atendidas pelos compromissários no

prazo fixado na notificação ou requisição; e,

Cláusula 9ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 20 de julho de 2020

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

ROQUE NISSOLA
Compromissário

MARISTELA MENEGATTI NISSOLA
Compromissária